



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Gabinete de Segurança Institucional
Comitê Nacional de Cibersegurança

Ata da 6ª Reunião Ordinária (RO-002-25)

Em 25 de junho de 2025, das 14h15 às 16h00, reuniu-se na Sede da ANATEL, 9º Andar, o Plenário do Comitê Nacional de Cibersegurança (CNCiber) para sua Sexta Reunião Ordinária (RO-002-25).

1. PROCEDIMENTOS

1.1 Verificação do Quórum

Às 14h30 o Presidente do CNCiber abriu a RO-002-25 do CNCiber.

Em atendimento ao disposto no Decreto 11.856, de 26 de dezembro de 2023, que instituiu o CNCiber, procedeu-se, em primeira chamada, a verificação do quórum para a reunião. Constatou-se a presença de titulares e/ou suplentes de 19 das 25 instituições que compõem o CNCiber, cumprindo a disposição do Decreto 11.856 quanto ao quórum para reuniões do CNCiber.

Registrhou-se também a presença de representantes de duas instituições convidadas pela Presidência: Tribunal de Contas da União (TCU) e Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

1.2 Aprovação da Ata da RO-001-25

Procedeu-se, em seguida, à aprovação da ata da RO-001-25.

A referida ata fora aprovada *ad referendum* pelo Presidente do CNCiber após o envio da minuta da mesma aos membros e decorrido o prazo de manifestações em contrário, sem que nenhuma fosse registrada.

O Presidente, então, solicitou aos membros que confirmassem a referenda feita com relação à ata, a qual foi aprovada por unanimidade.

1.3 Aprovação da Pauta da RO-002-25

Procedeu-se, então, à aprovação da pauta previamente enviada aos participantes, conforme transcrita a seguir.

1. *Verificação do quórum.*
2. *Aprovação da ata da RO-001-25.*
3. *Aprovação da pauta da RO-002-25.*
4. *Informes sobre o andamento da proposta da E-Ciber.*
5. *Informes sobre o andamento das propostas de Órgão de Governança da Cibersegurança.*
6. *Informes sobre o andamento dos trabalhos do GTT P-Ciber.*
7. *Informes sobre o andamento dos trabalhos do GTT Cibereducação.*
8. *Informes sobre o andamento dos trabalhos do GTT ISACs.*
9. *Informes sobre o andamento dos trabalhos do GTT SEICs.*
10. *Definição da data tentativa da RO-003-25.*

A pauta foi aprovada por unanimidade.

1.4 Informes sobre o andamento da proposta da E-Ciber.

O Presidente informou ao Plenário que o texto final da E-Ciber, cuja anuência fora obtida junto aos órgãos, já se encontra no Gabinete do Presidente da República, para avaliação da conveniência e

oportunidade de assinatura do Decreto. Informou ainda que a SECOM já está preparando um material para divulgação quando da publicação do E-Ciber.

1.5 Informes sobre o andamento das propostas de Órgão de Governança da Cibersegurança.

O Presidente informou ao Plenário que os textos das 3 propostas encaminhadas pelo CNCiber à Casa Civil continuam sob análise jurídica daquele órgão, e que foi solicitada maior celeridade nessa discussão.

O representante da ANATEL observou que a publicação da E-Ciber deve “puxar” o debate sobre a necessidade do Órgão de Governança, de sorte que essa celeridade se faz necessária, aumentando a pressão pelo andamento desse assunto.

O SE-CNCiber observou que a discussão com a Casa Civil foca, neste momento, na questão do Marco Legal da Cibersegurança, que vai delimitar o que será feito, e que em seguida deve abordar a questão do modelo do Órgão de Governança.

Os representantes da ANATEL e da FIESP observaram que entendem que o trabalho da Casa Civil, neste momento, é de dar consistência jurídica aos textos propostos, mas não de tomar uma decisão sobre o encaminhamento dos modelos propostos, e perguntaram se o entendimento era correto.

O Presidente respondeu que esse é o entendimento.

O representante da Casa Civil afirmou que a Casa Civil separou o tema em duas partes. A SAJ (Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos) está debruçada sobre o Marco Legal, enquanto a SAG (Secretaria Especial de Atuação Governamental) estaria avaliando os modelos de governança, em particular no tocante aos custos.

1.6 Informes sobre o andamento dos trabalhos do GTT P-Ciber.

O Coordenador do GTT P-Ciber expôs que o GTT elaborou uma planilha estruturada em conformidade com os 4 eixos da E-Ciber, desdobrada nas Ações Estratégicas (AEs) correspondentes. Essa planilha foi encaminhada aos membros do GTT para que prenchessem as Iniciativas Estratégicas (IEs) de seus órgãos associadas a cada AE. Informou também que, posteriormente, essa mesma planilha seria encaminhada aos demais membros do CNCiber para que também a prenchessem com as IEs correspondentes. Dessa forma, em breve ter-se-ia um panorama geral das IEs, já existentes ou previstas, relacionadas à E-Ciber. Informou que o MCom e o MCTI já foram aqueles que mais adiantaram esse trabalho.

Observou que a indicação dos valores relacionados às IEs têm mostrado duas questões importantes. Primeiro, a dificuldade no levantamento preciso desses valores, que são parte de programas maiores. Segundo, o fato que esses valores são bastante pequenos em termos das necessidades do País.

Em seguida, observou que os membros do GTT que não são de governo haviam manifestado seu interesse em incluírem no P-Ciber as iniciativas que conduzem em suas instituições.

Por fim, indicou que até o final do mês deveria ser encerrado o levantamento das IEs dos membros do GTT e em seguida iniciado o levantamento das IEs dos demais membros do CNCiber.

1.7 Informes sobre o andamento dos trabalhos do GTT Cibereducação.

O Coordenador do GTT Cibereducação expôs que o GTT também criou uma planilha para a preparação de uma curadoria dos materiais de cibereducação já existentes. Em seguida está sendo preparada uma planilha para a definição de estratégias para divulgação desses materiais, contendo um conjunto de ações para adaptação e publicação desses materiais.

Esses dois documentos seriam os entregáveis do GTT.

Em seguida, o SE-CNCiber, que secretaria os GTTs, acrescentou que o primeiro levantamento feito pelo grupo apontou 63 itens já disponíveis, mas que se tinha conhecimento de muitos outros materiais elaborados pelo MGI e ENAP, que seriam catalogados em seguida. Mas que o GTT havia identificado que muitos desses materiais foram elaborados em linguagem destinada a um público específico, e que para terem maior abrangência demandariam alterações.

O representante da ANATEL observou que materiais como esses identificados podem ser divididos em dois grupos: cartilhas, prontas e disponíveis, e treinamentos. Mas que é necessária a identificação de meios para o acesso desse material pelo público mais vulnerável.

O representante do MGI observou que há cerca de 2 anos o MGI passou a focar também nos 168 milhões de usuários do Gov.br, no âmbito do “letramento digital”, e que corrobora com a percepção da necessidade de estratégias para aumentar a visibilidade dos materiais disponíveis.

O representante da FIESP reiterou a necessidade de se pensar, em conformidade com a resolução que criou o GTT, em “estratégias efetivas” de divulgação, como talvez PPPs.

1.8 Informes sobre o andamento dos trabalhos do GTT ISACs.

A representante da FGV, representando o Coordenador do GTT ISACs explicou que o GTT estabeleceu um planejamento de 3 meses para a conclusão dos trabalhos, que deverá ter como produto um relatório técnico contendo pontos positivos e pontos negativos de ISACs, e também um framework orientando sobre a construção desses ISACs no Brasil. Para tanto estão estudando implementações em diferentes países e entrevistando especialistas no assunto para coletarem pontos que seriam interessantes para a implementação de ISACs no Brasil.

Observou que estudam também a diferença entre ISACs setoriais e ISACs multissetoriais, bem como a interação entre órgãos públicos e privados em ISACs.

1.9 Informes sobre o andamento dos trabalhos do GTT SEICs.

O representante da ANATEL, em nome do Coordenador do GTT, informou que o grupo realizou um estudo sobre modelos internacionais voltados à segurança de serviços essenciais e infraestruturas críticas, e que estavam convidando reguladores de outros setores que não integram o CNCiber.

O representante do MGI observou que a “Área Prioritária” de Governo Digital vem trabalhando, em conjunto com a UnB, num modelo de processo de identificação de infraestruturas críticas. Observou que, além da identificação dessas ICs, o modelo também permitiria a identificação de ativos críticos digitais dentro das ICs.

O representante do BACEN observou que a instituição está disponível para apoiar essas iniciativas.

1.10 Definição da data tentativa da RO-003-25 e da RO-004-25

A SE-CNCiber apresentou a proposta de datas para as duas próximas reuniões do CNCiber.

Para a RO-003-25, foi sugerida a data de 24/09/25. Alguns membros manifestaram dificuldades com essa data, oferecendo a possibilidade de que a reunião ocorresse no dia 01/10/25. Não havendo consenso foi solicitado que se realizasse uma votação para a escolha de datas.

Para a RO-004-25 foi sugerido o dia 17/12/25. Não havendo questionamentos, essa data foi confirmada.

2. ENCERRAMENTO

Não havendo mais temas a tratar, a RO-002-25 foi declarada encerrada pelo Presidente.

MARCELO ANTONIO OSSLER MALAGUTTI

Secretário-Executivo do CNCiber